



AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

Ministério da Agricultura, do Mar,
do Ambiente e do Ordenamento do Território



REA 2011 Portugal

10 INDICADORES

Legenda:



Tendência Positiva, progredindo em direção aos objetivos e metas desejáveis



Alguns desenvolvimentos positivos mas ainda insuficientes para atingir os objetivos e metas desejáveis

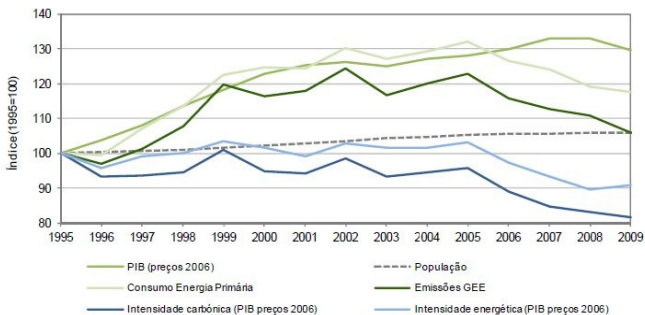


Tendência desfavorável

CARACTERIZAÇÃO GERAL



Evolução relativa do PIB e impactos associados



Fonte: INE, 2010; APA, 2011; DGEG, 2011

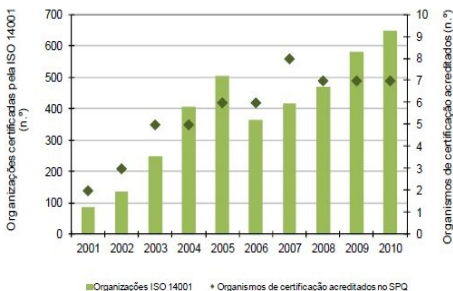
Pela primeira vez, desde 1998, as emissões nacionais de gases com efeito de estufa (GEE) ficaram abaixo da meta média anual do Protocolo de Quioto. Portugal continua a posicionar-se acima da média da UE-27 no que respeita a intensidade energética. O consumo de energia primária diminuiu de 2008 para 2009, pelo que o aumento da intensidade energética se deveu ao abrandamento da geração de riqueza no mesmo período.

GESTÃO AMBIENTAL



Organizações certificadas pela Norma ISO 14001 e organismos de certificação acreditados pelo SPQ, em Portugal

Figura 5.1 – ORGANIZAÇÕES CERTIFICADAS PELA NORMA ISO 14001 E ORGANISMOS DE CERTIFICAÇÃO ACREDITADOS PELO SPQ, EM PORTUGAL



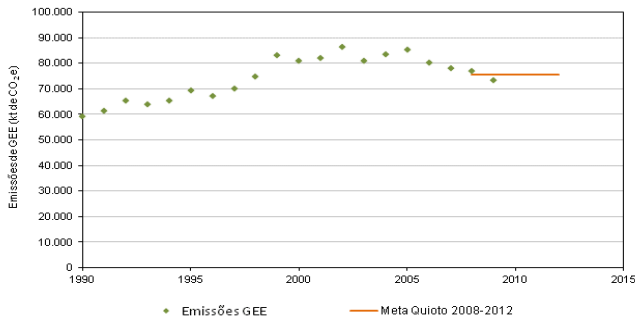
Fonte: IPAC, 2011

Em Portugal, até ao final de 2010, foram atribuídas 649 certificações de acordo com a norma ISO 14001 pelos sete organismos de certificação, acreditados no Sistema Português da Qualidade (SPQ). Em 2009 a ISO 14001 era implementada em 155 países e economias, num total de 223 149 organizações.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



Principais emissões de GEE (CO₂, CH₄ e N₂O) e compromissos para o período 2008-2012



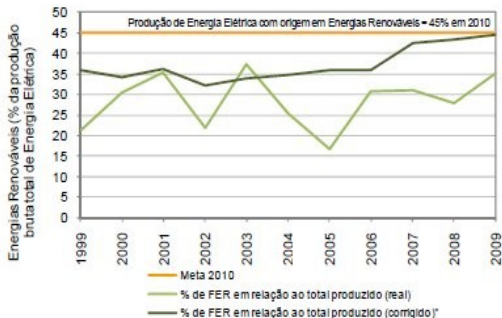
Fonte: APA, 2011

Depois de um aumento significativo das emissões verificado nos anos 90, as emissões nacionais, de gases com efeito de estufa (GEE), revelam uma tendência continuada decrescente desde 2005. Com efeito, as emissões referentes a 2009 representam um decréscimo de 4,3% em relação ao ano anterior. Em 2009 as emissões de GEE situaram-se cerca de 1% abaixo da meta nacional de cumprimento no âmbito do Protocolo de Quioto.

ENERGIAS RENOVÁVEIS



Percentagem da produção bruta de energia elétrica com base em fontes de energia renováveis, em Portugal continental, e comparação com a meta da Diretiva 2001/77/CE



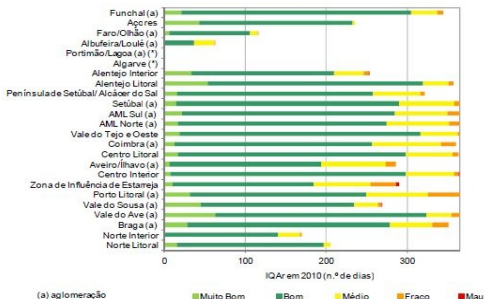
* O total de energia elétrica produzida foi corrigido com o Índice de Produtibilidade Hidroelétrica (IPH) para efeitos de comparação com meta estabelecida na Diretiva 2001/77/CE.

Fonte: DGEG, 2010

A incorporação de Fontes de Energia Renováveis (FER) no consumo bruto de energia elétrica, para efeitos da Diretiva 2001/77/CE, foi de 44,4% em 2009 e de 50,1% em 2010, permitindo a Portugal ultrapassar a meta definida para este ano. Portugal foi, em 2009, o 3º país da UE-15 com maior incorporação de energias renováveis no consumo final de energia.



Índice de Qualidade do Ar em 2010



Notas: (*) zonas e aglomerações para as quais não se obteve informação suficiente para fazer a avaliação da qualidade do ar.

Agglomeração – zona que constitui uma conurbação caracterizada por um número de habitantes superior a 250 000 ou em que o número de habitantes se situe entre os 250 000 e os 50 000 e tenha uma densidade populacional superior a 500 hab/km²;

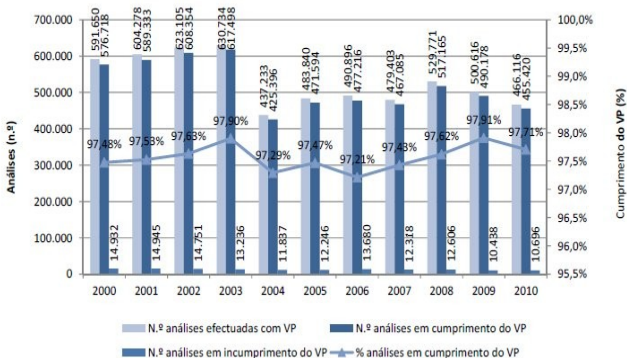
Zona – área geográfica de características homogêneas, em termos de qualidade do ar, ocupação de solo e densidade populacional.

Fonte: CCDR-Norte, CCDR-Centro, CCDR-Lisboa e Vale do Tejo, CCDR-Alentejo, CCDR-Algarve, DRA Açores, DRA Madeira, 2011

Em 2010 a classe predominante do Índice de Qualidade do Ar (IQA) foi "Bom", à semelhança dos últimos anos. No mesmo ano, o número de dias de qualidade do ar "Boa" aumentou, em relação ao ano anterior, enquanto o número de dias em que a classificação foi "Mau" aumentou.



Análises em cumprimento dos valores paramétricos



Fonte: ERSAR, 2010

Em 2010, realizaram-se 99,67% de análises regulamentares obrigatórias à qualidade da água destinada ao consumo humano, estando muito próximo de atingir uma frequência de amostragem de 100%, com uma percentagem de cumprimento dos valores paramétricos (VP) de 97,71%.

RESÍDUOS



Produção e captação diária de Resíduos Urbanos em Portugal continental

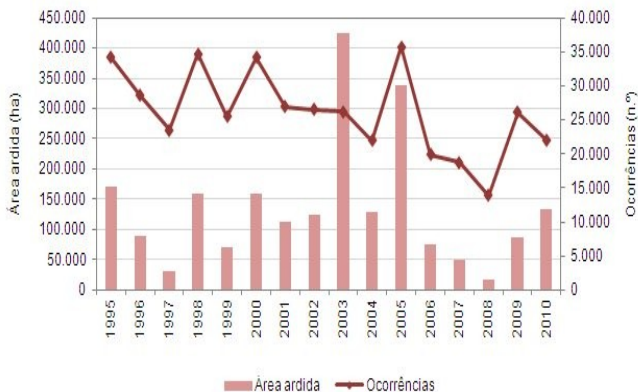


Fonte: APA, 2010

Em 2010 produziram-se, em Portugal continental, cerca de 5,184 milhões de toneladas de resíduos urbanos (RU), ou seja, aproximadamente 511 kg por habitante por ano, o que equivale a uma produção diária de cerca de 1,40 kg/hab.dia. A produção de RU foi superior à meta estabelecida no PERSU II (Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos) para o ano em análise, em cerca de 111 mil toneladas.



Incêndios florestais em Portugal continental



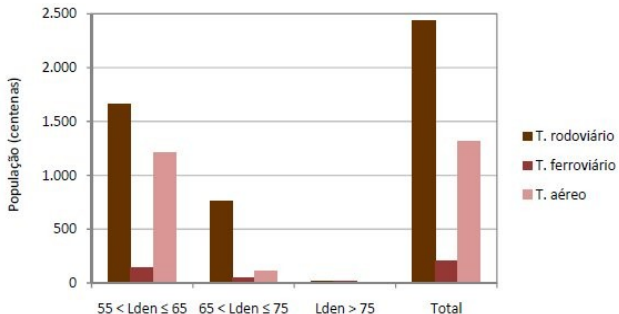
Fonte: AFN, 2011

Em 2010 contabilizaram-se em Portugal continental 22 026 ocorrências, verificando-se assim uma diminuição de cerca de 16% em relação a 2009. Essas ocorrências corresponderam a 133 090 hectares de área ardida, pelo que não foi cumprida a meta inscrita no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, para 2012, de uma área ardida inferior a 100 mil ha/ano.

RUÍDO



População de Lisboa exposta a Ruído, Lden em dB(A),
por tipo de fonte sonora



Nota: números estimados.

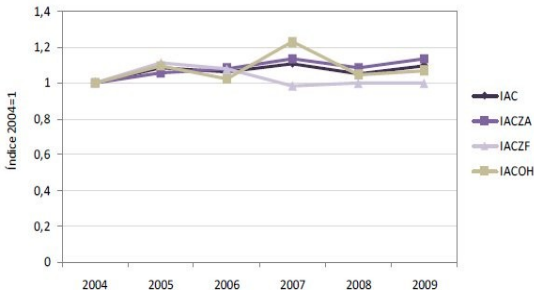
Fonte: APA, 2011

Dos três tipos de fontes sonoras analisadas, o ruído rodoviário é o que mais se faz sentir, concluindo-se também que uma pequena percentagem da população está exposta a ruído que excede os valores limite admissíveis, pelo que os planos de ação deverão incidir prioritariamente sobre essa população.

BIODIVERSIDADE



Índice de Aves Comuns (IAC), Índice de Aves Comuns de Zonas Agrícolas (IACZA), Índice de Aves Comuns de Zonas Florestais (IACZF) e Índice de Aves Comuns de Outros Habitats (IACOH) em Portugal continental



Fonte: SPEA, 2011

Entre 2004 e 2009 o Índice de Aves Comuns (IAC) tem-se mantido bastante estável, embora apresente uma tendência ligeiramente positiva desde 2004. No mesmo período o Índice de Aves Comuns de Zonas Agrícolas (IACZA) revelou uma tendência de crescimento moderado, equivalente a cerca de 13%, enquanto o Índice de Aves Comuns de Zonas Florestais (IACZF) apresenta desde 2005 uma tendência de redução moderada, estabilizando nos últimos dois anos.

Contribuíram para o REA 2011 as seguintes entidades:

AFN – Autoridade Florestal Nacional (MAMAOT); ANCP – Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (MF); CCDR-Alentejo – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (MAMAOT); CCDR-Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (MAMAOT); CCDR-Centro – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (MAMAOT); CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (MAMAOT); CCDR-Norte – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (MAMAOT); CECAC – Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas (MAMAOT); DRA Açores – Direção Regional do Ambiente Açores; DRA Madeira – Direção Regional do Ambiente Madeira; DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia (MEE); DPP – Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais (MAMAOT); ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (MAMAOT); GPP – Gabinete de Planeamento e Políticas (MAMAOT); ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (MAMAOT); IM – Instituto de Meteorologia, I.P. (MEC); INAG – Instituto da Água, I.P. (MAMAOT); INE – Instituto Nacional de Estatística, I.P. (PCM); IPAC – Instituto Português de Acreditação (MEE); IPIMAR – Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (MAMAOT); SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves.

Nota: Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.